

## **LEI MUNICIPAL Nº 748/2026**

**Autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento vigente do Município de Igaracy – PB, para inclusão de dotação orçamentária destinada à manutenção do Programa Escola de Tempo Integral - ETI, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY, Estado da Paraíba**, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal, **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais), destinado à inclusão de dotação orçamentária para execução de despesas vinculadas ao **Programa Escola de Tempo Integral - ETI**, com recursos oriundos do Governo Federal, conforme classificação abaixo:

### **09.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO**

| <b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>                                      | <b>VALOR (R\$)</b> |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------|
| 12.368.1016.2094                  | Manutenção do Programa Escola de Tempo Integral - ETI | 126.000,00         |

#### **Elemento(s) de Despesa:**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

#### **Fonte de Recursos:**

1546 – Transferências do FUNDEB destinadas a criação de matrículas em Educação em Tempo Integral - ETI.

**Art. 2º** - Os recursos necessários à cobertura do Crédito Especial autorizado no artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação proveniente de transferências do Governo Federal vinculadas ao Programa Escola de Tempo Integral – ETI ou anulação de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, §1º, incisos II, da Lei Federal Nº 4.320/64.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar ou remanejar, mediante Decreto, os créditos constantes desta Lei, observados os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual vigente e legislação pertinente.

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LOA – Lei Orçamentária Anual, visando adequação da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy – PB, em 15 de Junho de 2026.

  
**Ednailton Sabino da Silva**  
**Prefeito Municipal**